



Grupos de Fiscalização Integrada

Legislações específicas que fundamentam cada Grupo de Fiscalização Integrada

GFI BILLINGS

- Lei nº 13.579/09
- Decreto nº 55.342/10
- Res. SIMA 30/21

GFI ALTO JUQUERY

- Lei nº 15.790/15
- Decreto nº 62.062/16
- Res. SIMA 37/20

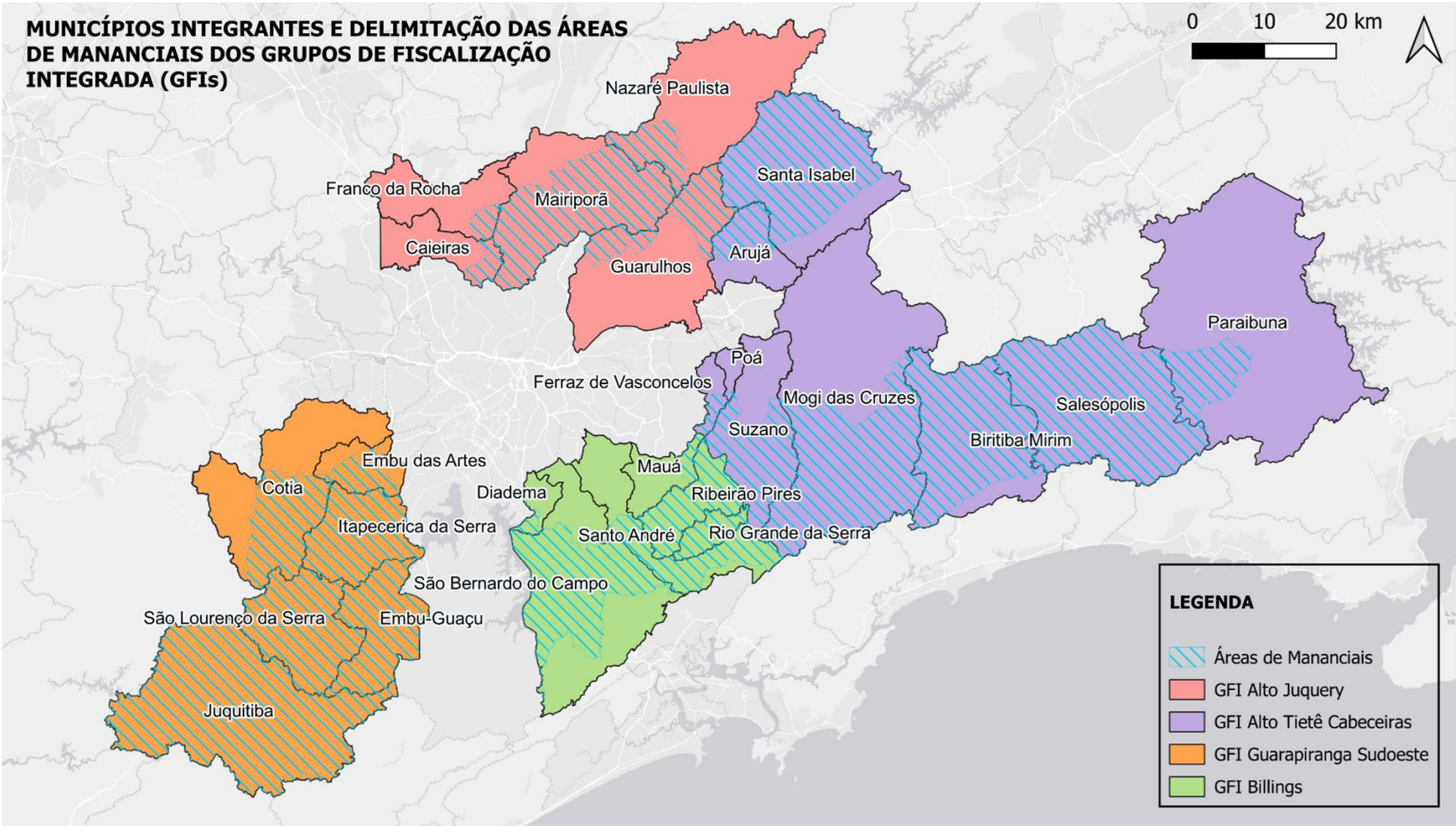
GFI ALTO TIETÊ CABECEIRAS

- Lei nº 15.919/15
- Decreto nº 62.061/16
- Res. SIMA 38/20

GFI GUARAPIRANGA SUDOESTE

- Lei nº 12.233/06
- Lei nº 16.568/17
- Decreto nº 51.686/07
- Res. SIMA 39/20

- Os GFIs são grupos operacionais e estratégicos compostos pela cooperação de diferentes órgãos públicos;
- A proposta de implementação de uma fiscalização integrada surgiu com a Lei Estadual nº 9.866/1997;
- A formação dos GFIs está prevista nas leis específicas que definem cada uma das Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRMs);
- O objetivo dos Grupos é atuar na proteção das áreas de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, em decorrência de infrações ambientais;
- A realização do seu trabalho é construída de forma integrada entre órgãos estaduais e municípios, em que cada ente atua nos limites de suas respectivas atribuições.



Órgãos Participantes

ÓRGÃOS PREVISTOS NA RESOLUÇÃO

- Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)
- Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)
- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)
- Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo (PAMB)
- Prefeituras



ALGUNS ÓRGÃOS CONVIDADOS

- Companhias de Energia Elétrica
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)
- Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI)
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
- Polícia Civil
- Fundação Florestal
- Consórcio Intermunicipal do Grande ABC



Estruturação dos Grupos

CONCESSÃO DE EQUIPAMENTOS E DE CAPACITAÇÕES

Equipamentos cedidos:

- 50 Computadores;
- 70 Tablets;
- 35 Drones;
- 45 Veículos;
- 15 Celulares.



Qualificações realizadas:

- Oficinas de planejamento e gestão da fiscalização;
- Elaboração do Plano de Monitoramento e Fiscalização Integrada;
- Treinamentos Práticos de Pilotagem de Drone;
- Capacitação de utilização do Sistema SIPAI-GEO.



Funcionamento da Fiscalização na Prática

AÇÕES OCORRIDAS EM 2025 (ATÉ JULHO/2025)

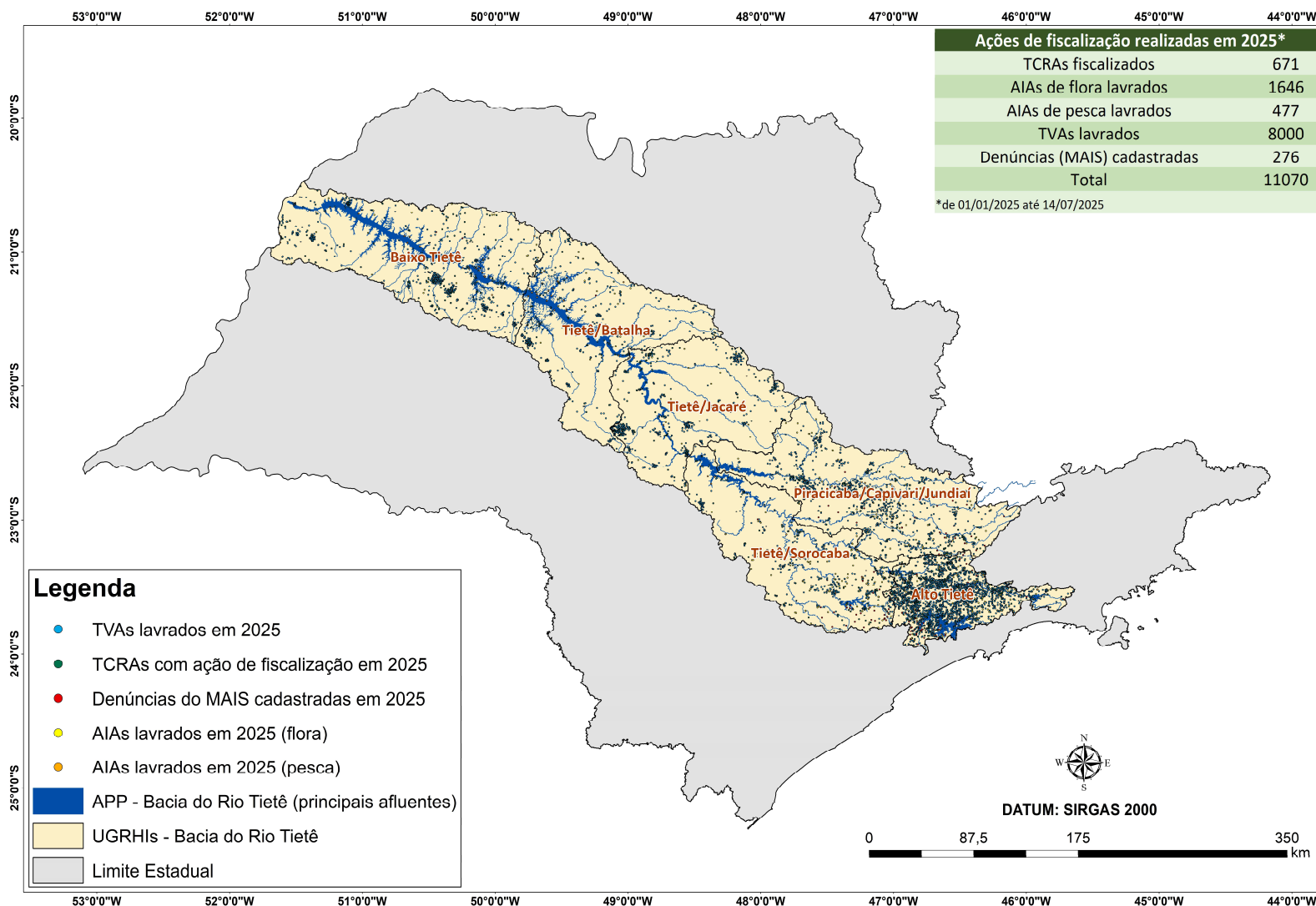
GFI's	Nº de Desfazimentos	Nº de Ações Desfazimento	Nº de Ações Vistoria
Billings	3	1	6
Guarapiranga Sudoeste	42	5	3
Alto Tietê Cabeceiras	9	2	7
Alto Juquery	11	1	5
TOTAL DE AÇÕES			30

ETAPAS PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÃO:

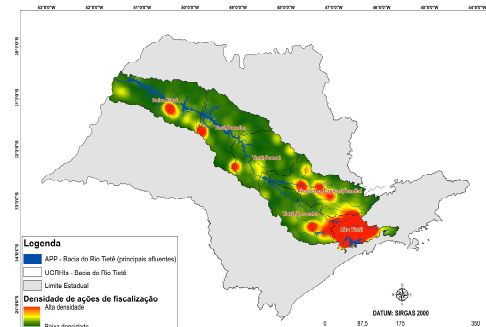
- I. Indicação de área e agendamento de ação em Reunião Ordinária;
- I. Alinhamentos da ação em Reunião Extraordinária;
- I. Ação em campo (vistoria ou desfazimento);
- I. Monitoramento da área;
- I. Retorno à área para efetuar ação de desfazimento (caso ainda não tenha ocorrido).



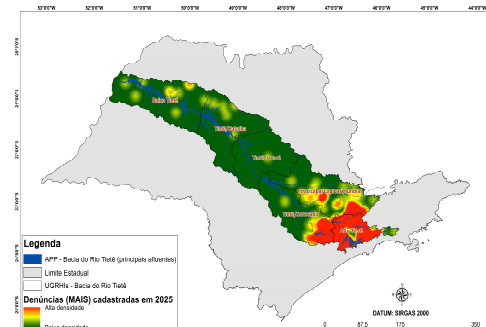
Ações de fiscalização realizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Tietê em 2025



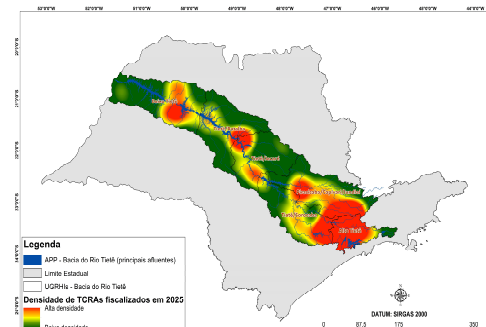
Densidade de ações de fiscalização realizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Tietê em 2025



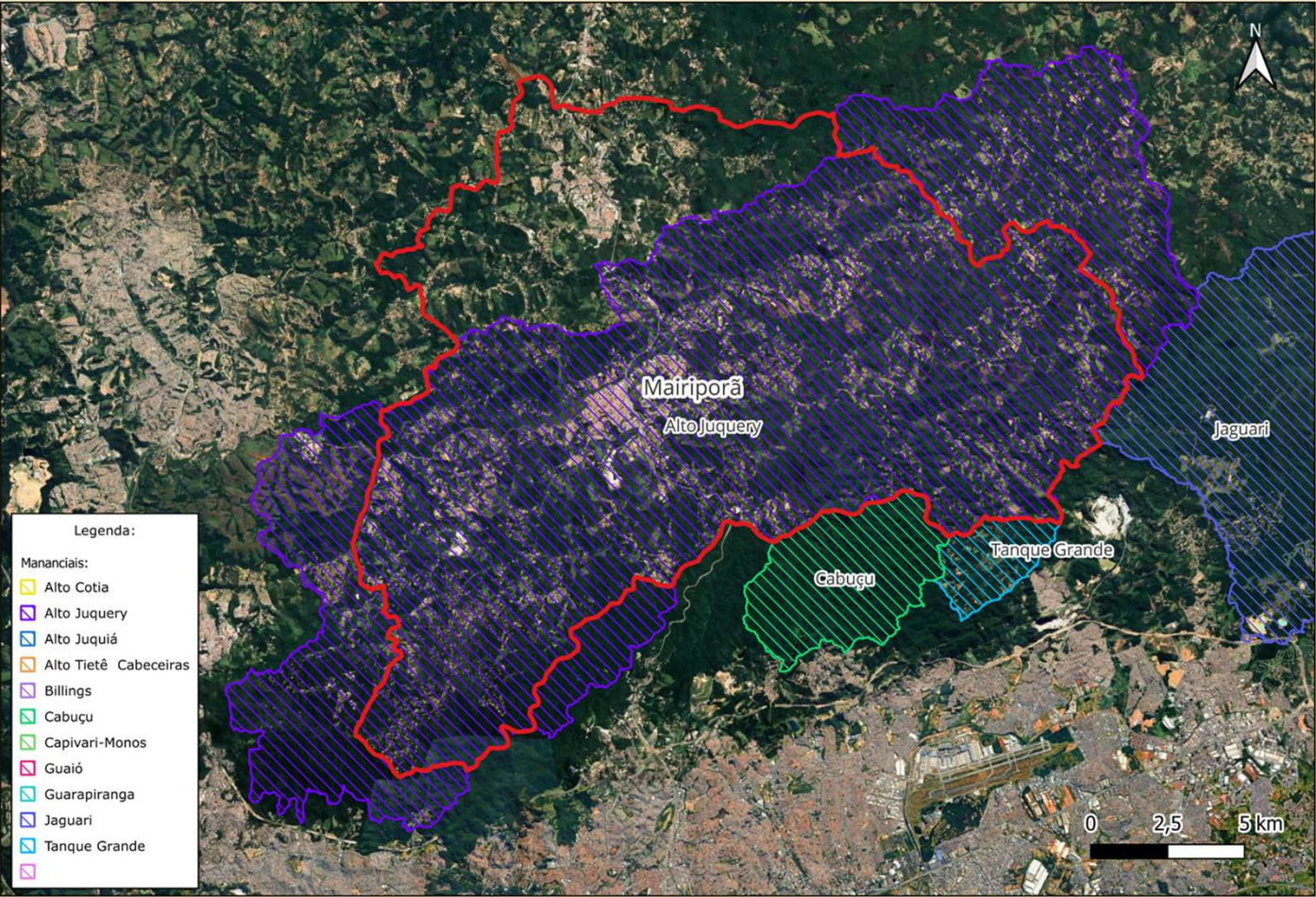
Densidade de denúncias cadastradas (MAIS) na Bacia Hidrográfica do Rio Tietê em 2025



Densidade de TCRAs fiscalizados na Bacia Hidrográfica do Rio Tietê em 2025



Visão do município - Mairiporã



GRUPO DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA ALTO JUQUERY

Área de Proteção aos Mananciais
ocupa mais de 80% do território
municipal.

Além das Unidades de Conservação:

- Parque Estadual da Cantareira
- Parque Estadual do Itapetinga
- Parque Estadual do Itaberaba
- Sistema APA Cantareira
- Unidade de Conservação do Pico do Olho D'Água

Monitoramento Realizado Pelos Municípios



ATIVIDADE DELEGADA

RECURSOS FEHIDRO:

- Plano de Trabalho
- Aplicação
- Prestação de Contas

Ação realizada em Mairiporã - 18/06/2025



Participaram da ação:

- Ação conjunta com a Prefeitura de Guarulhos;
- Polícia Militar Ambiental;
- GCM;
- DPFA/SEMIL;
- Polícia Civil;
- Polícia científica;
- CETESB;
- Companhias de energia elétrica;
- CREA;
- CRECI;
- Ministério Público (GAEMA).

Ação realizada em Mairiporã - 18/06/2025



Resultados:

- 10 desfazimentos;
- 29 AIAs (Valor total de R\$ 212.786,00);
- 18 BOs;
- Abertura de inquérito na polícia civil;
- Aplicação de multas pelos CREA;
- Abertura de relatório de inspeção para aplicação de multa contra o loteador pela CETESB.

Continuidade...

- Monitoramento quinzenal;
- Qualificação dos moradores;
- Ação judicial.

